

A DEFESA PESSOAL NO DIA A DIA DOS POLICIAIS MILITARES DA 10ª COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLÍCIA MILITAR

PERSONAL DEFENSE IN THE DAY-TO-DAY OF THE MILITARY POLICE OFFICERS OF THE 10TH INDEPENDENT MILITARY POLICE COMPANY

José Victor Vitorino Guimarães*
Leon Denis da Costa**

RESUMO

Um dos aspectos da operação policial na prática é a obrigação de intervir e resolver uma variedade de conflitos existentes na sociedade, onde o confronto físico se torna uma ocorrência comum na rotina dos profissionais de segurança pública. Nesse cenário, a autodefesa surge como uma habilidade fundamental, oferecendo aos agentes de segurança as habilidades essenciais para lidar de maneira eficiente e segura com situações de risco. O objetivo deste artigo é compreender a percepção dos policiais militares em relação às técnicas de defesa pessoal, avaliando a variedade de conhecimento e habilidades, identificando a frequência e os tipos de situações que demandam o uso dessas técnicas, e analisando as preferências e preocupações dos participantes quanto ao treinamento em defesa pessoal. Para tal foi utilizado o método de pesquisa de campo, onde foi aplicado um questionário aos policiais militares da 10ª Companhia Independente de Polícia Militar, Unidade de Policiamento Especializado. Os resultados revelam que a maioria dos policiais reconhece a importância das técnicas de defesa pessoal, mas há divergências, destacando a necessidade de considerar diferentes pontos de vista. A pesquisa identifica variabilidade nos níveis de conhecimento e domínio das técnicas, sendo percebido como vantajoso por aqueles que as possuem. A diversidade de cenários operacionais e a ocorrência prática das técnicas reforçam sua relevância, embora incidentes de lesões levantem preocupações sobre a segurança durante o treinamento e aplicação. As conclusões ressaltam a importância crítica do treinamento contínuo em técnicas de defesa pessoal para a segurança e eficácia dos policiais militares.

Palavras-chave: Polícia Militar. Segurança. CPE. Defesa Pessoal.

ABSTRACT

One aspect of practical police operations is the obligation to intervene and resolve various conflicts within society, where physical confrontation becomes a common occurrence in the routine of public safety professionals. In this scenario, self-defense emerges as a crucial skill, providing security officers with essential abilities to handle situations of risk efficiently and safely. The aim of this article is to understand the perception of military police officers regarding self-defense techniques, assessing the range of knowledge and skills, identifying the

* Aluno do Curso de Pós Graduação em Polícia e Segurança Pública, Curso de Formação de Praças 2023, Turma "O" Goiânia, do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás (CAPM). E-mail: jose_victor1234@hotmail.com

** Professor orientador, Tenente-Coronel PMGO. Professor titular da Especialização em Polícia e Segurança Pública. Especialista em Gerenciamento de Segurança Pública e Mestre em Sociologia. Email: leondenis1978@gmail.com, Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás, Goiânia-GO, outubro de 2023.

frequency and types of situations that require the use of these techniques, and analyzing participants' preferences and concerns regarding self-defense training. The research employed a field research method, utilizing a questionnaire administered to military police officers from the 10th Independent Military Police Company, a Specialized Policing Unit. The results reveal that the majority of officers acknowledge the importance of self-defense techniques, but there are differences, highlighting the need to consider various perspectives. The study identifies variability in levels of knowledge and mastery of the techniques, perceived as advantageous by those who possess them. The diversity of operational scenarios and the practical occurrence of the techniques reinforce their relevance, although incidents of injuries raise concerns about safety during training and application. The conclusions emphasize the critical importance of continuous training in self-defense techniques for the safety and effectiveness of military police officers.

Keywords: Military Police. Security. Specialized Policing Unit. Personal Defense.

1 INTRODUÇÃO

A segurança pública é um pilar fundamental na manutenção da ordem e da tranquilidade na sociedade. No cerne dessa responsabilidade estão os policiais militares, cujo papel essencial no cotidiano é garantir a segurança e o bem-estar da comunidade. Neste contexto, a defesa pessoal emerge como uma habilidade crucial, proporcionando aos agentes de segurança as ferramentas necessárias para lidar com situações de risco de maneira eficaz e segura.

O serviço policial, notadamente o de serviço ostensivo realizado pela Polícia Militar possui perigos inerentes a atividade profissional que podem resultar em perigo à vida do policial, do infrator e de terceiros. Neste sentido, um dos aspectos da realidade operacional policial é a necessidade de intervir e solucionar os mais diversos conflitos presentes na sociedade, sendo que por ocasião desta realidade o embate físico se torna comum no cotidiano dos agentes de segurança pública. (ALDEN JOSE, 2007).

Assim, Fagundes (2017) enfatiza que as artes marciais trazem ao policial militar uma capacitação técnica cujo emprego pode significar sair vivo de um embate físico que em determinadas circunstâncias apenas a boa técnica, destreza e força seja suficiente para cessar a injusta agressão ou ato de resistência.

A presente pesquisa se dedica a examinar de perto a prática da defesa pessoal entre os policiais militares da 10ª Companhia Independente de Polícia Militar, Companhia de Policiamento Especializado. Por meio de uma abordagem metodológica que engloba tanto o viés qualitativo quanto o quantitativo, serão conduzidas entrevistas com membros das forças policiais do Estado de Goiás. Este estudo objetiva não apenas compreender a eficácia das técnicas de defesa pessoal, mas também ressaltar a importância do treinamento em artes

marciais no contexto operacional desses profissionais.

Os objetivos específicos delineados nesta pesquisa visam aprofundar nossa análise. Através do estudo de casos envolvendo embates físicos de policiais militares, será possível realizar uma meticulosa avaliação técnica, identificando estratégias que culminem em resultados positivos para o policial. Além disso, as entrevistas com os policiais que atuam no policiamento ostensivo possibilitarão um insight valioso sobre a prevalência e a natureza dos treinamentos em artes marciais.

Adicionalmente, este estudo se propõe a avaliar o grau de satisfação dos policiais militares do Estado de Goiás em relação ao treinamento recebido na Academia de Polícia Militar, com o intuito de identificar possíveis áreas de aprimoramento na grade de ensino. Por fim, uma análise comparativa das técnicas e métodos de ensino empregados pela Polícia Militar de Goiás em relação a outras forças de segurança pública em diferentes estados da federação será realizada, proporcionando uma visão abrangente das práticas adotadas no âmbito nacional.

Por meio deste estudo, almejamos contribuir para o aprimoramento das estratégias de treinamento em defesa pessoal, fortalecendo a capacidade dos policiais militares de enfrentar desafios complexos e promovendo, assim, a segurança e a proteção da sociedade como um todo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A atividade exercida pelos policiais militares é, sem dúvida, uma das mais vitais, sensíveis e complexas na organização social, já que lida diretamente com a restrição de liberdades, controle de comportamentos e delimitação de condutas, tudo isso orientado pelo aparato jurídico vigente. (FAGUNDES, 2017).

Dentro do amplo conjunto de recursos disponíveis para o cumprimento de sua missão constitucional de manter a segurança pública, inclui-se a aplicação da força física e, em situações extremas, o uso de armas de fogo. Esse monopólio do uso da força é um privilégio exclusivo do Estado e é exercido pela polícia por meio de seus agentes, seguindo critérios de imparcialidade, racionalidade e estrita conformidade com os parâmetros legais. (SILVA, 2013).

Nesse contexto, Rodvalho (2019) afirma ser comum a aplicação de métodos físicos diretos de contenção, com o objetivo de prevenir danos maiores e preservar a integridade física dos cidadãos envolvidos em situações concretas de comportamento antissocial, como agressões, conflitos e outras infrações à lei. No entanto, presume-se, de acordo com a legislação, que o policial militar, ao se deparar com tais cenários que demandam o uso de força física para conter agressões ou efetuar uma prisão, esteja devidamente treinado para empregar técnicas

apropriadas, visando controlar o agressor sem colocar em risco sua própria integridade física. Isso porque o excesso de força, mesmo que inicialmente justificado, pode resultar em sanções.

Essa é a presunção que orienta os julgamentos que, em muitos casos, resultaram em punições severas a policiais militares. Portanto, é de suma importância que o policial militar, além de não ultrapassar os limites na aplicação da força para conter agressões, também não seja dominado ou agredido pelo agressor. Nesse sentido, Terroni (2009) ressalta que os gestores da instituição têm a responsabilidade de preparar devidamente seus membros para que exerçam suas funções com excelência, conquistando o apreço da comunidade por meio da competência e qualidade dos serviços prestados.

Conforme enumera Sun Tzu (2002), em contextos desafiadores de confronto, a verdadeira competência reside na habilidade de aplicar a força de forma eficaz e equilibrada. É essencial ter um entendimento profundo tanto de si mesmo quanto do oponente para alcançar o sucesso. Aqueles que possuem um domínio detalhado da defesa pessoal, unindo habilidade técnica com sagacidade estratégica, estarão bem preparados para superar os desafios nos momentos críticos

Não obstante as diversas modalidades ou sistemas de defesa pessoal que possam ser enumerados, é possível identificar um objetivo comum que perpassa todas essas disciplinas: a preservação da vida e a garantia da sobrevivência do indivíduo. Conforme Monteiro Junior (2020), a prática de defesa pessoal transcende a simples aprendizagem e aplicação de movimentos ou técnicas de combate. Ela incorpora o conhecimento das capacidades individuais, o fomento da autoconfiança e autodisciplina, e exige a constante atenção e avaliação do ambiente circundante para prevenir riscos e responder de maneira apropriada a possíveis situações de perigo.

A defesa pessoal representa não apenas a preservação da vida de um indivíduo específico, mas sim um estilo de vida centrado na proteção e preservação pessoal. Esse modo de vida implica estar em estado de alerta constante, estar perpetuamente preparado para adversidades e situações que possam surgir, e ter acesso contínuo a diversas ferramentas ou medidas apropriadas para prevenir ou lidar com eventos adversos. (PIRES, 2018).

Para Vaz e Lazarotto (2023), a defesa pessoal consiste na capacidade de se preparar para reduzir o risco de agressão, incluindo a aprendizagem e aplicação de ações físicas apropriadas quando não há alternativa. Eles destacam que o foco principal é aprender a evitar tornar-se uma vítima, diferentemente da concepção errônea de que a defesa pessoal se limita ao aprimoramento das habilidades em técnicas de combate.

Neste contexto, torna-se imprescindível destacar o Manual de Defesa Pessoal Policial

da PMGO como uma ferramenta fundamental no treinamento e capacitação dos profissionais da segurança pública. Este guia oferece diretrizes claras e práticas, baseadas em técnicas aprimoradas, para enfrentar desafios que podem surgir no cumprimento do dever policial. Ao fornecer orientações específicas e padronizadas, o manual busca assegurar que os policiais estejam devidamente preparados para lidar com as complexidades inerentes à profissão. (GOIÁS, 2023).

De outra perspectiva, Rodovalho (2019) afirma que a verdadeira e desafiadora essência da defesa pessoal, em termos gerais, consiste em prevenir a agressão e controlar o(s) agressor(es), utilizando métodos e ferramentas estudadas. Agora, é crucial distinguir os conceitos de defesa pessoal e combate corpo a corpo (CCC). O CCC se refere à ação de confronto entre duas ou mais pessoas, com ou sem o uso de armas como facas, bastões ou espingardas, com ou sem baioneta.

De acordo com o Regulamento de Educação Física do Exército (REFE) atualmente em vigor, o CCC é um método de aplicação militar que tem como finalidade adquirir técnicas eficazes para o combate com contato físico, desenvolvendo características como adaptabilidade, autoconfiança, combatividade, coragem e determinação, utilizando-se de qualidades físicas como força, flexibilidade, rapidez de reação, coordenação e habilidade cinética. (RODOVALHO, 2019).

Os militares devem possuir a aptidão física necessária para enfrentar todas as contendas, se necessário, no Combate Corpo a Corpo. Neste sentido, a aptidão é definida como a capacidade de confrontar todas as possíveis exigências do desafio iminente, mantendo reservas adequadas para manter essa capacidade pelo tempo necessário, de forma a não comprometer a eficácia física e o bem-estar mental, além de garantir uma recuperação rápida e eficaz após o esforço. (SILVA, 2013).

Conforme estabelecido, podemos considerar benéfico o treinamento em Combate Corpo a Corpo (CCC), pois contribui para o aprimoramento pessoal em termos de força, flexibilidade, equilíbrio e capacidade cardiorrespiratória, ao mesmo tempo em que fortalece a coragem, confiança, autodisciplina e coesão de equipe. Em resumo, a prática desse tipo de atividade busca desenvolver nos militares habilidades e características desejadas, proporcionando-lhes um entendimento sobre a gestão da agressão e a capacidade de realizar um treinamento físico desafiador, ao mesmo tempo aplicável a outras atividades militares. (SILVA, 2013).

De acordo com Carneiro e Santos (2019), os policiais que possuem menos de um ano de serviço, bem como as policiais femininas de estatura baixa e peso mais leve, estimam a formação oferecida para lidar com indivíduos violentamente agressivos como ineficaz e

inadequada. Além disso, ressaltam a necessidade percebida de aumentar o tempo dedicado ao treinamento de defesa pessoal em geral.

Os policiais revelaram um elevado interesse em aprender técnicas de kickboxe, luta no solo, defesas contra armas de fogo e armas brancas, bem como em participar de simulações de situações e treinamentos para enfrentar múltiplos agressores. Aqueles que tiveram formação externa, em artes marciais ou sistemas de defesa pessoal diversos, relataram benefícios significativos, observando que esse treinamento os auxiliou em situações de defesa ou contenção em quase todos os casos. (CARNEIRO; SANTOS, 2019).

De acordo com Monteiro Junior (2020), houve uma insatisfação generalizada em relação à formação e adequação da defesa pessoal. Este sentimento foi corroborado por um estudo de Investigação Aplicada, que destaca a necessidade de aumentar o tempo dedicado à prática e a possibilidade de um treinamento progressivo baseado em uma única disciplina de combate. O autor também advoga pela ideia de concentrar-se em uma modalidade específica.

Alguns autores como Terroni (2009), sugerem a adoção do Krav Maga, um sistema de defesa pessoal adotado por inúmeras forças militares e policiais em todo o mundo, especializado em luta desarmada, uso de facas, bastões e outras armas. Esse tipo de treinamento busca simular situações o mais próximo possível da realidade enfrentada no cotidiano do policial.

As artes marciais frequentemente ensinam dezenas técnicas complexas de acordo com as especificações da disciplina e regras rigorosas, sujeitas a avaliações por jurados em competições e demonstrações técnicas, o que não reflete a realidade enfrentada pelos policiais. Nas intervenções policiais, há dois oponentes com diferentes níveis de habilidade e força, enquanto o agressor não se submete a regras ao tentar atacar um agente policial. (ALDEN JOSE, 2007).

Para Vaz e Lazarotto (2023), uma arte marcial é definida como um sistema de técnicas de combate corpo a corpo, muitas vezes incluindo elementos de desenvolvimento físico e mental, enquanto a defesa pessoal, como indicado, busca se afastar dos termos "luta" ou "combate", e procura se distanciar de um estilo de arte marcial específico.

A defesa pessoal envolve uma série de movimentos de ataque e defesa extraídos de um ou mais estilos de artes marciais, com o objetivo de promover a autodefesa, utilizando ao máximo as capacidades físicas, cognitivas e emocionais do agente. A Defesa Pessoal Policial, por sua vez, compreende um conjunto de técnicas e táticas, algumas delas adaptadas de artes marciais e esportes de luta, aplicadas na atuação policial, com o propósito primordial de capacitar o policial a usar a força de maneira eficaz e proporcional, somente quando estritamente necessário e após o esgotamento de outras alternativas, conforme estabelecido pela

legislação vigente. (VAZ; LAZAROTTO, 2023).

Conforme Fagundes (2017), o nível de força empregado é determinado pela intensidade escolhida pelo militar em decorrência de uma ameaça percebida, seja real ou potencial. Além disso, existem vários fatores cruciais que permitem que um policial desempenhe eficazmente sua missão no campo da polícia ostensiva e na preservação da ordem social. Estes incluem um conjunto de técnicas de abordagem, treinamento físico, defesa pessoal, proficiência com armas de fogo e outras habilidades especializadas, complementadas pela formação contínua em direitos humanos, polícia comunitária, ética policial militar e aspectos legais pertinentes à atuação policial, todos associados à experiência e treinamento em curso.

As academias de polícia modernas fornecem uma base de conhecimento abrangente para os novos policiais, abordando diversas áreas de especialização. Isso abrange não apenas o treinamento prático para o uso judicioso da força, mas também compreende uma compreensão dos direitos humanos e da legislação relevante. (CARNEIRO; SANTOS, 2019).

Dessa forma, os profissionais de segurança pública são educados com um compromisso profundo de defender a dignidade humana e contribuir para a ação legalmente sancionada, além de proteger os direitos dos outros. A doutrina de uso seletivo de força, atualmente em vigor, orienta sobre o emprego da força coercitiva mais adequada e proporcional.

De acordo com Bayley (2002), o uso da força é uma faceta inerente e muitas vezes inevitável da atividade policial. Ele ressalta que a autoridade policial é investida pelo Estado para manter a ordem e a segurança pública, e em algumas situações, o emprego da força se torna imperativo para cumprir essa missão.

Conforme Bittner (2003) a polícia, ao contrário de outras profissões, é orientada para a ação e sua atuação muitas vezes envolve o uso da força. Ele destaca a complexidade do trabalho policial, no qual os agentes são frequentemente chamados a intervir em situações de alto risco e tensão. O autor também enfatiza a necessidade de os policiais lidarem com a incerteza e a ambiguidade, tomando decisões rápidas e muitas vezes cruciais para a segurança pública. Sua análise oferece uma visão aprofundada do cotidiano dos policiais e da natureza dinâmica e desafiadora de sua profissão.

Vaz e Lazarotto (2023) defendem que a disciplina da Defesa Pessoal Policial também auxilia os agentes da Segurança Pública a desenvolverem diversos atributos cognitivos e atitudinais, servindo como referência para avaliar e analisar esses comportamentos. Exemplificam isso com a iniciativa, equilíbrio emocional, disciplina intelectual, autoconfiança, dedicação e persistência.

O treinamento constante em defesa pessoal, aliado à disciplina em artes marciais, é um

elemento chave para transformar e aprimorar o corpo, o indivíduo e a performance no treinamento de combate. Essa prática serve para amplificar e maximizar a eficácia das ações, padronizar movimentos e aprimorar táticas. Além disso, o treinamento frequente em combate por meio da defesa pessoal capacita os agentes a agir e reagir, demonstrando agilidade nos movimentos e serenidade na tomada de decisões. Essa comunicação silenciosa é transmitida por meio da aplicação prática de conceitos militares, como ataque e defesa, distância e proximidade, amigo e inimigo, previsão e eficácia, técnica, uso da força e violência. (MONTEIRO JUNIOR, 2020).

Um policial militar bem treinado e educado para a função raramente se vê envolvido em queixas, pois está sempre pronto para enfrentar qualquer situação adversa e prevalecer. Portanto, o treinamento se torna a ferramenta mais importante para aprimorar a eficiência, permitindo uma abordagem mais racional da ação direta. Importa destacar que os benefícios da defesa pessoal não se restringem à aplicação de técnicas em situações reais, mas se estendem ao aprimoramento das capacidades físicas, cognitivas e emocionais dos policiais durante o treinamento. (RODOVALHO, 2019).

3 METODOLOGIA

Para alcançar os propósitos delineados, será adotada uma abordagem metodológica que integra componentes tanto qualitativos quanto quantitativos. O estudo será dividido em duas etapas distintas, cada uma delas meticulosamente planejada para proporcionar uma compreensão abrangente e aprofundada do tópico sob investigação. Gil (2017) defende a importância de utilizar métodos quantitativos, como o questionário, para coletar dados de forma sistemática e analisar padrões estatísticos que podem enriquecer a pesquisa. Essa abordagem oferece um alicerce sólido para a investigação, permitindo a interpretação de resultados de maneira objetiva e embasada.

A primeira etapa da pesquisa se concentrará na análise de casos específicos que envolveram embates físicos de policiais militares. Será realizada uma revisão metódica de registros documentais e relatórios operacionais para identificar instâncias em que houve a necessidade do uso seletivo da força. Os dados obtidos serão submetidos a uma análise estatística rigorosa, permitindo a quantificação e a avaliação da eficácia das abordagens utilizadas.

Na segunda fase da pesquisa, serão conduzidas entrevistas com policiais militares do 10ª Companhia Independente de Polícia Militar, Companhia de Policiamento Especializado. O

propósito dessas entrevistas é duplo: determinar se os policiais se envolveram em embates físicos ao longo de suas carreiras e se receberam treinamento em alguma arte marcial.

As entrevistas serão conduzidas utilizando um questionário semiestruturado, projetado para capturar tanto informações objetivas quanto a percepção subjetiva dos policiais militares em relação à sua capacidade de luta corporal. Para facilitar o acesso e a coleta de dados, o questionário será disponibilizado através da plataforma *Google Forms*.

As respostas obtidas serão submetidas a um processo de análise qualitativa e quantitativa. Os dados serão categorizados para identificar características comuns entre os entrevistados, permitindo a identificação de possíveis padrões entre o treinamento recebido pelos policiais militares e o sucesso de suas atuações na atividade fim da corporação.

Por meio desta abordagem metodológica abrangente, busca-se fornecer uma visão aprofundada sobre a importância do treinamento em defesa pessoal no cotidiano dos policiais militares da 10ª Companhia Independente de Polícia Militar, Companhia de Policiamento Especializado, contribuindo para o aprimoramento das práticas de formação e treinamento na instituição.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que tange à distribuição dos postos militares na lista fornecida, observou-se uma diversidade de graduações e postos, compreendendo Subtenente, 2º Tenente, 2º Sargento, Cabo, Capitão, Soldado, 3º Sargento e 1º Sargento. Ao analisar os dados, destacou-se inicialmente a presença mais proeminente de soldados, totalizando 16 na lista, indicando que este é o grupo mais numeroso entre os postos militares elencados. Em seguida, encontram-se os sargentos, compreendendo 2º e 3º Sargentos, totalizando 7 representantes. Estes foram seguidos pelos cabos, totalizando 5 membros. Quanto aos oficiais, constatou-se a presença de um Subtenente e um 2º Tenente na lista, representando os níveis mais baixos da categoria. Destaca-se, no entanto, a presença de dois Capitães, indicando que esta é a categoria de oficial mais representada na lista.

Relativamente à distribuição de gênero entre os indivíduos listados, percebeu-se que a maioria dos participantes é do sexo masculino, totalizando 26, enquanto apenas uma representante do sexo feminino figura na lista. Tal distribuição revela uma disparidade de gênero significativa, com uma presença notavelmente maior de homens em relação às mulheres. Isso pode indicar um desequilíbrio na amostra ou na população representada.

No que diz respeito à categoria de tempo de serviço, esta abrangeu períodos que variam

de 1 a 5 anos, 6 a 10 anos, 11 a 20 anos e 21 a 30 anos. Ao analisar os dados, verificou-se que a maioria dos indivíduos apresenta um período de serviço entre 6 a 10 anos, totalizando 16 casos. Em seguida, a categoria de 21 a 30 anos de serviço também é bem representada, com 5 casos. As categorias de 11 a 20 anos e 1 a 5 anos de serviço contam com 5 e 1 caso, respectivamente. Essa distribuição sugere que a maioria dos indivíduos na lista possui uma experiência moderada na Polícia Militar, com um número significativo deles tendo servido entre 6 e 10 anos. Destaca-se a presença de veteranos, com alguns indivíduos acumulando mais de 20 anos de serviço.

Ao analisar as respostas fornecidas, observou-se que a maioria dos indivíduos está ciente e reconhece o uso de técnicas de defesa pessoal como uma resposta aceitável em situações que envolvem resistência ativa ou comportamento não cooperativo durante serviços policiais. Vinte e sete dos trinta indivíduos responderam "Sim", indicando que estão familiarizados com o uso dessas técnicas.

No entanto, é importante notar que houve uma resposta "Não", indicando que pelo menos um indivíduo na lista não reconhece o uso de técnicas de defesa pessoal nesse contexto específico. Além disso, um indivíduo respondeu "não sei responder", o que pode indicar falta de familiaridade ou conhecimento sobre o assunto.

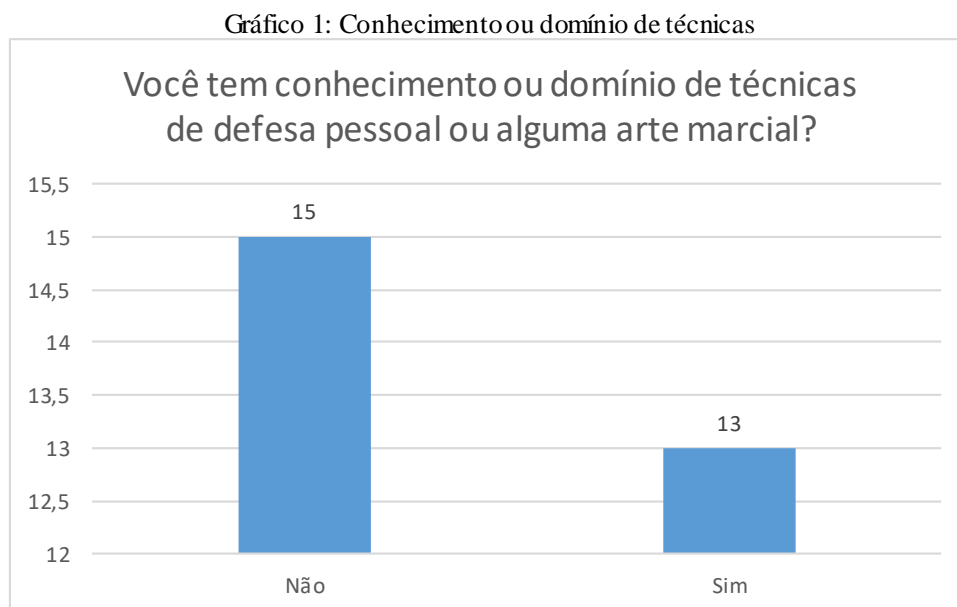
Quanto ao domínio de técnicas de defesa pessoal ou alguma forma de arte marcial, observou-se uma variedade de respostas entre os participantes. Dos 28 indivíduos, 14 afirmaram possuir esse conhecimento ou domínio, indicando que cerca de metade dos participantes da lista têm alguma experiência em técnicas de defesa pessoal ou artes marciais. Por outro lado, 16 indivíduos responderam "Não", indicando que não possuem esse conhecimento ou habilidade.

Como observado por Alden Jose (2007), o conhecimento dessas técnicas é crucial para a segurança e sobrevivência dos agentes em situações que envolvem resistência ativa ou comportamento não cooperativo. A maioria dos participantes demonstrou estar ciente e reconhecer a relevância dessas habilidades, o que está alinhado com a abordagem proposta por Bittner (2003), que destaca a necessidade de os policiais serem proficientes em técnicas de intervenção física.

Essa distribuição de respostas sugere uma variedade de níveis de habilidade em técnicas de defesa pessoal ou artes marciais entre os participantes da lista. Ter esse conhecimento pode ser valioso em situações que exigem o uso de força proporcional e medidas de segurança para lidar com resistência ativa ou comportamento não cooperativo durante serviços policiais.

Aqueles que possuem esse conhecimento têm uma vantagem valiosa em situações que exigem o uso de força proporcional, conforme argumentado por Fagundes (2017). No entanto,

é importante reconhecer que nem todos os participantes têm esse nível de habilidade, o que reforça a necessidade de programas de treinamento contínuo.



Fonte: O Autor (2023).

Com base nas respostas obtidas, observa-se que os participantes da pesquisa demonstram uma variação nos níveis de frequência com que se deparam com situações que exigem o uso de força física e habilidades de defesa pessoal para conter um agressor.

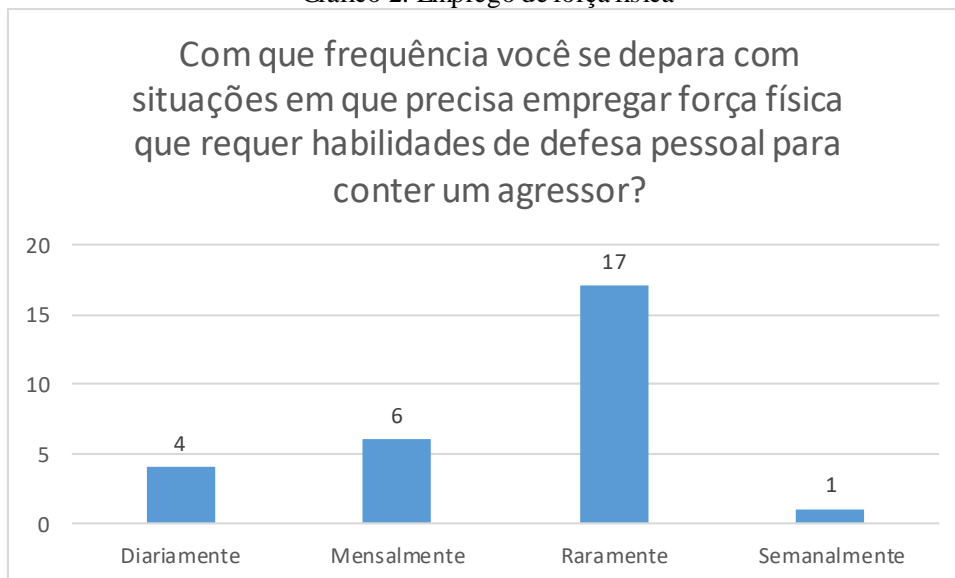
A maioria dos participantes demonstra conhecimento em técnicas de defesa pessoal ou artes marciais. Isso é consistente com a importância atribuída à habilidade de se defender em situações de confronto. Segundo Monteiro Junior (2020), o treinamento em defesa pessoal é essencial para garantir a segurança dos agentes e a eficácia nas operações.

A maioria dos participantes relata enfrentar tais situações de forma esporádica, conforme indicado por 20 deles, os quais assinalaram a opção "Raramente". Por outro lado, há uma parcela menor de participantes que se depara com tais cenários de forma mais regular, com 6 deles relatando ocorrer "Mensalmente" e 3 afirmam enfrentar tais situações "Diariamente".

A presente distribuição de respostas sugere que, embora a necessidade de empregar força física e habilidades de defesa pessoal seja inerente ao trabalho de todos os participantes, a frequência com que essas situações se materializam pode variar substancialmente. Dessa forma, alguns participantes podem se encontrar diante de situações de alta tensão com maior regularidade do que outros, refletindo a complexidade e diversidade das demandas enfrentadas pelos profissionais envolvidos. Essa análise reforça a importância de um treinamento constante e adequado em defesa pessoal, a fim de preparar os policiais para lidar eficazmente com uma

variedade de cenários operacionais.

Gráfico 2: Emprego de força física



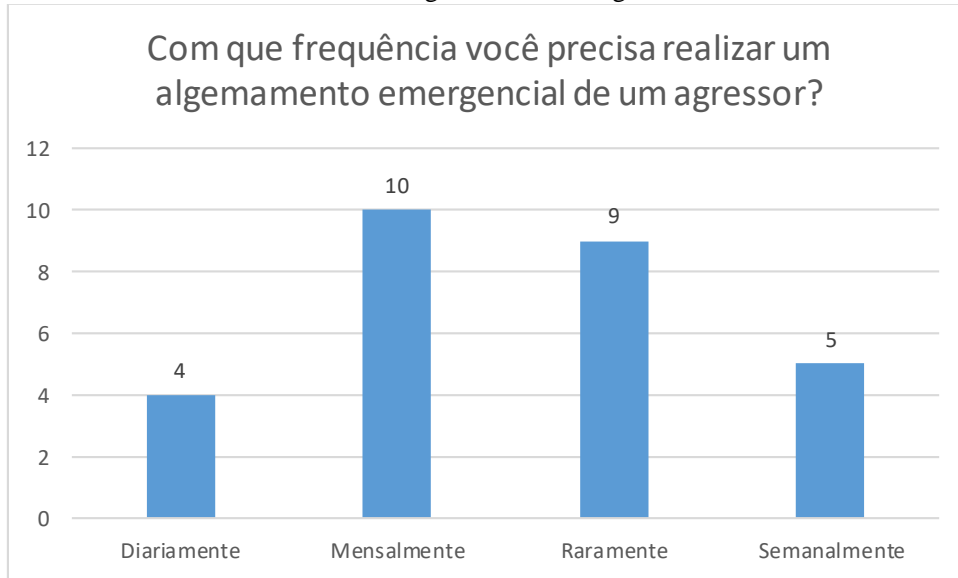
Fonte: O Autor (2023).

A maioria dos entrevistados demonstra enfrentar a necessidade de efetuar algemamentos emergenciais de maneira regular. Cinco deles relatam que tal ocorrência é diária, enquanto nove afirmam que acontece mensalmente. Adicionalmente, cinco participantes indicam que esse procedimento é realizado semanalmente. Por outro lado, uma parcela significativa dos participantes (11) declara que a realização de algemamentos emergenciais é um evento mais esporádico, assinalando a opção "Raramente".

Como defendido por Bittner (2003) a variação na necessidade de algemamentos emergenciais pode estar diretamente ligada às atribuições e responsabilidades específicas de cada participante no contexto operacional, como mencionado no texto. Isso reforça a ideia de que o treinamento e a preparação devem ser adaptados às funções específicas de cada policial, para garantir que estejam aptos a lidar com as situações que enfrentarão em campo.

Essa distribuição de respostas sugere que os participantes frequentemente se deparam com situações que demandam a aplicação de algemas de forma emergencial. Esse cenário reforça a relevância do treinamento adequado e da capacidade de aplicar corretamente tais técnicas em momentos críticos. Ademais, é importante notar que a necessidade de efetuar algemamentos emergenciais pode variar consideravelmente conforme as atribuições e responsabilidades específicas de cada participante no contexto operacional.

Gráfico 3: Algemamento emergencial



Fonte: O Autor (2023).

A análise das respostas oferece um panorama diversificado das situações em que os participantes da pesquisa se encontram e necessitam empregar técnicas de defesa pessoal ou se envolver em lutas corporais com suspeitos ou agressores. A variedade de situações em que os participantes empregam técnicas de defesa pessoal destaca a diversidade de desafios enfrentados no trabalho policial. Segundo Carneiro e Santos (2019), a aplicação apropriada de força é uma habilidade crítica para lidar com uma ampla gama de situações, desde abordagens policiais até controle de distúrbios civis.

As avaliações variadas sobre a qualidade do treinamento refletem a importância de garantir que os programas de treinamento sejam eficazes e relevantes. Segundo Pires (2016), a avaliação contínua e a adaptação dos programas de treinamento são essenciais para garantir que os profissionais estejam bem preparados para as demandas do serviço.

Entre as situações mais comuns, destaca-se a necessidade de aplicação de técnicas de defesa pessoal durante abordagens policiais, o que evidencia um alto grau de interação direta com os indivíduos em questão. Além disso, a intervenção em ocorrências envolvendo vias de fato, perturbação do sossego e desacato também é mencionada com frequência, indicando que os participantes frequentemente se veem em circunstâncias onde a contenção física se faz necessária para preservar a ordem e segurança pública. Ademais, a realização de prisões em flagrante delito é uma situação mencionada em diversas respostas, denotando que a contenção física pode ser imperativa ao efetuar prisões em casos de flagrante delito.

Outros cenários mencionados incluem o atendimento a chamados de violência

doméstica, refletindo a necessidade de intervenção em situações de conflito doméstico potencialmente perigosas, e o controle de manifestações ou distúrbios civis, sugerindo a possibilidade de confrontos físicos em contextos de agitação pública. Adicionalmente, alguns participantes citaram "Outras" situações não especificadas, o que pode indicar uma variedade de contextos específicos nos quais as técnicas de defesa pessoal são aplicadas.

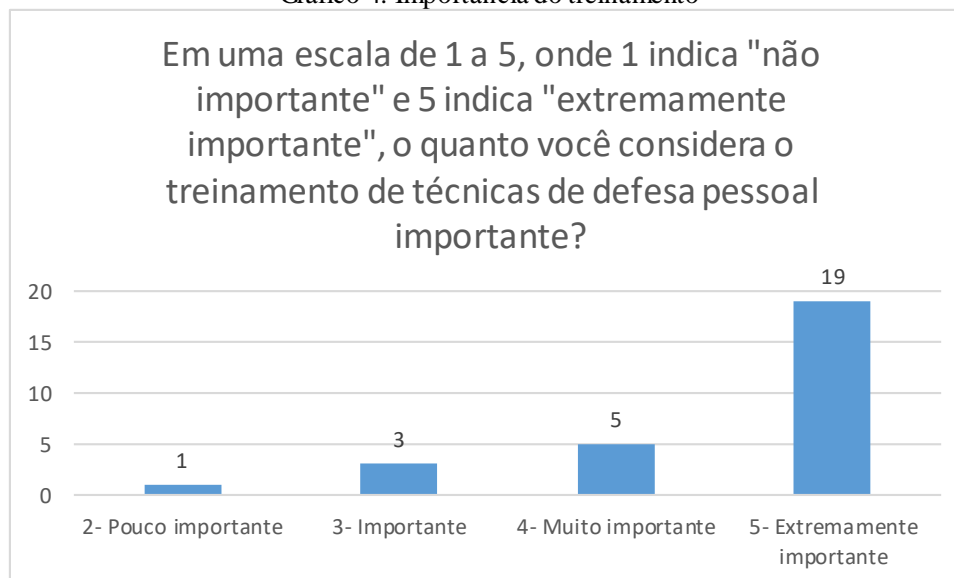
A partir das respostas, emerge uma clara preferência entre os participantes pela oferta de treinamento constante em defesa pessoal pela PMGO (Polícia Militar do Estado de Goiás). Dos 28 participantes, todos afirmaram considerar extremamente relevante a continuidade do treinamento, o que indica um forte compromisso com a segurança e eficácia do trabalho desempenhado pela instituição. Tal atitude favorável em relação ao treinamento constante nessa área também pode contribuir para um ambiente de trabalho mais seguro e confiável tanto para os profissionais quanto para o público em geral. Portanto, a oferta contínua de treinamento em defesa pessoal é altamente valorizada pelos participantes da pesquisa.

Ao avaliarmos a importância atribuída ao treinamento de técnicas de defesa pessoal, observamos uma unanimidade entre os participantes. A maioria esmagadora, representada por 24 dos 28 participantes, classificou o treinamento como "Extremamente importante", atribuindo a pontuação máxima de 5 na escala de relevância. Isso reflete a percepção generalizada de que o treinamento de técnicas de defesa pessoal constitui um elemento crítico e indispensável em seu trabalho.

Ademais, quatro participantes classificaram o treinamento como "Muito importante", evidenciando que também conferem um elevado grau de relevância a essa capacitação. Por outro lado, apenas dois participantes atribuíram pontuações mais baixas, com uma considerando-o "Importante" e outro "Pouco importante". Essas pontuações representam uma minoria ínfima e indicam uma opinião menos enfática sobre a importância do treinamento de técnicas de defesa pessoal em comparação com a maioria dos participantes.

Essa uniformidade de opiniões sugere que os participantes têm uma compreensão clara da importância do treinamento de técnicas de defesa pessoal em seu contexto profissional. Essa consciência pode estar diretamente ligada à necessidade de lidar com situações de risco e confronto no exercício de suas funções, como discutido por diversos autores, como Alden Jose (2007) e Vaz e Lazarotto (2023).

Gráfico 4: Importância do treinamento



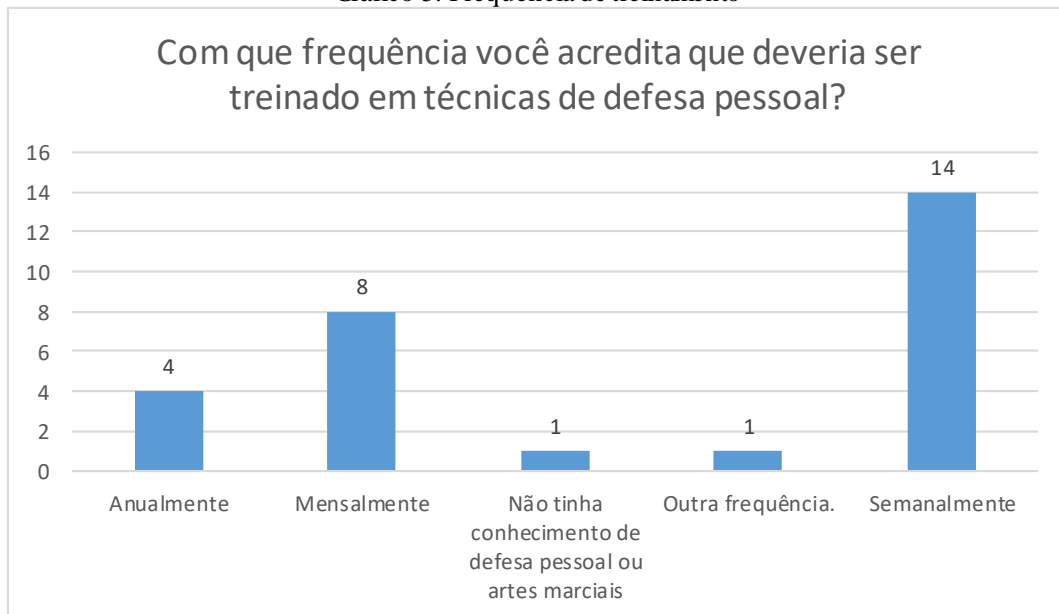
Fonte: O Autor (2023).

A análise das respostas revela uma pluralidade de opiniões em relação à frequência considerada apropriada para o treinamento em técnicas de defesa pessoal. A maioria dos participantes, representada por 22 dos 28 entrevistados, expressa a convicção de que o treinamento deve ocorrer de forma regular, defendendo a necessidade de sessões semanais. Este posicionamento denota uma marcante preferência por um cronograma de treinamento mais frequente, o que ressalta a relevância que os profissionais conferem à constante atualização e aprimoramento de suas habilidades de defesa pessoal.

Ademais, cinco participantes manifestam a opinião de que o treinamento deveria ocorrer mensalmente, o que também evidencia uma visão favorável em relação à regularidade do treinamento. Por outro lado, dois participantes advogam que o treinamento anual é suficiente, indicando uma perspectiva ligeiramente menos exigente em termos de frequência, se comparada à maioria dos entrevistados.

Um dos participantes afirmou não possuir conhecimento prévio em defesa pessoal ou artes marciais, o que enfatiza a importância de proporcionar treinamento e capacitação a todos os profissionais, independentemente do seu nível inicial de familiaridade com essas técnicas. Por fim, um participante mencionou uma "outra frequência", o que sugere uma perspectiva singular que não se alinha com os padrões predefinidos de treinamento semanal, mensal ou anual. Essa resposta destaca a diversidade de opiniões e necessidades individuais no que diz respeito à frequência ideal de treinamento em técnicas de defesa pessoal.

Gráfico 5: Frequência de treinamento



Fonte: O Autor (2023).

As respostas obtidas proporcionam uma visão abrangente das avaliações feitas pelos participantes em relação à qualidade do treinamento em defesa pessoal recebido como parte da formação ou aperfeiçoamento policial no último curso presencial.

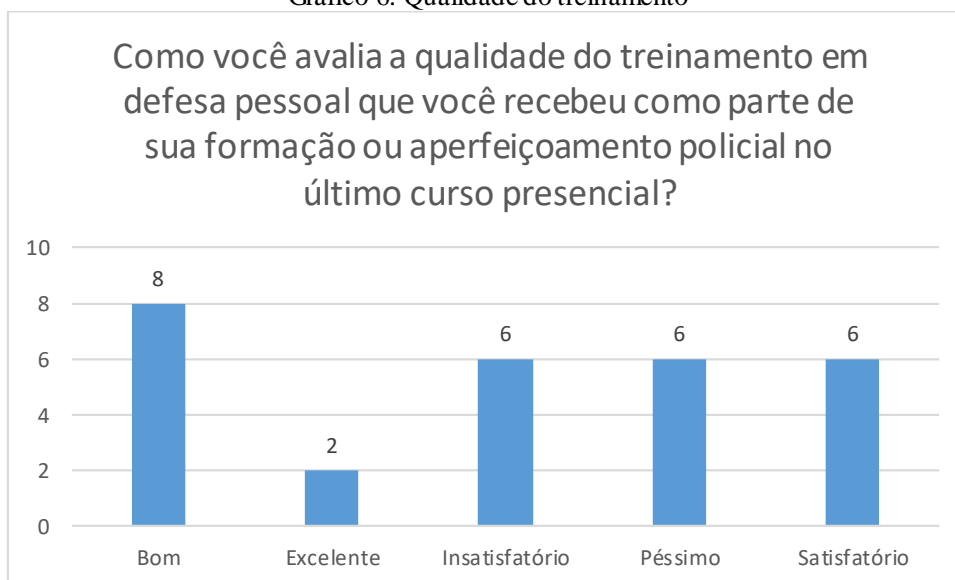
A maioria dos participantes (14 de 28) emitiu avaliações positivas, atribuindo classificações de "Bom" ou "Excelente". Estes resultados indicam que uma parcela significativa dos profissionais teve uma experiência positiva, caracterizando o treinamento como satisfatório ou de elevada qualidade.

No entanto, é relevante observar que houve uma proporção considerável de respostas que indicaram níveis de satisfação mais baixos. Sete participantes avaliaram o treinamento como "Insatisfatório", enquanto seis o classificaram como "Péssimo". Essas avaliações sinalizam que alguns profissionais podem ter vivenciado experiências menos favoráveis no que concerne ao treinamento em defesa pessoal durante o último curso presencial. Além disso, algumas avaliações foram categorizadas como "Satisfatório", indicando que alguns participantes consideraram o treinamento aceitável, embora não excepcional.

De acordo com Vaz e Lazarotto (2023), essa diversidade nas avaliações pode ser atribuída a uma variedade de fatores, incluindo a competência do instrutor, a eficácia do currículo, a adequação das instalações e disponibilidade de recursos, entre outros. Importa ressaltar que as percepções individuais sobre a qualidade do treinamento podem ser influenciadas por uma série de elementos subjetivos, o que pode contribuir para a variação nas

avaliações apresentadas.

Gráfico 6: Qualidade do treinamento



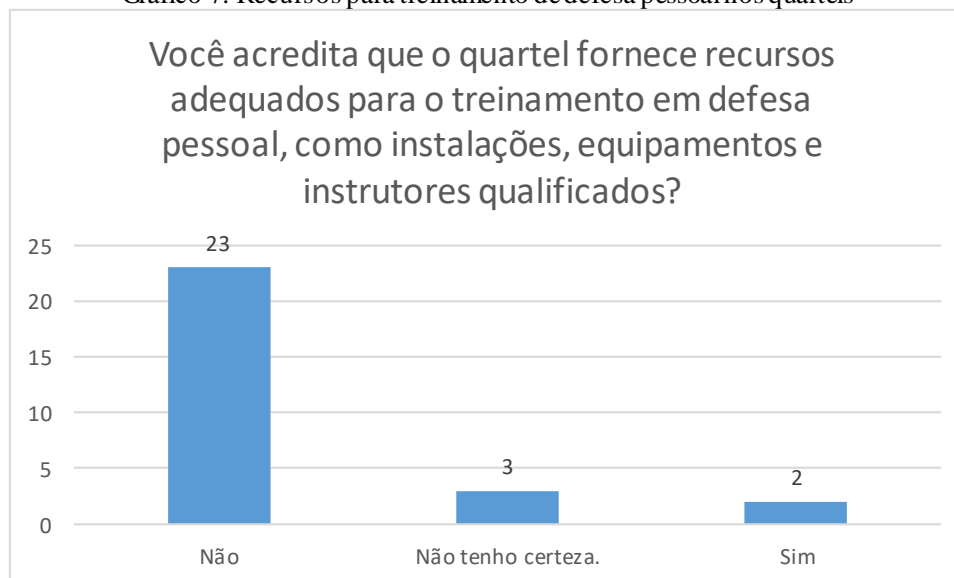
Fonte: O Autor (2023).

As respostas fornecidas refletem predominantemente uma perspectiva negativa em relação aos recursos disponibilizados pelo quartel para o treinamento em defesa pessoal. A maioria dos participantes (24 de 28) manifestou a opinião de que o quartel não oferece recursos suficientes e adequados para o treinamento em defesa pessoal, o que abrange tanto instalações apropriadas quanto a disponibilidade de equipamentos e a presença de instrutores qualificados. Essa tendência sugere uma inquietação disseminada entre os participantes, que se mostram preocupados com a possibilidade de os recursos disponíveis serem insuficientes para garantir um treinamento efetivo nesta área crucial.

Além disso, quatro participantes explicitaram incerteza quanto à adequação dos recursos fornecidos pelo quartel para o treinamento em defesa pessoal. Essa postura denota uma falta de clareza ou conhecimento sobre a disponibilidade e a qualidade dos recursos disponíveis. Apenas dois participantes expressaram a opinião de que o quartel disponibiliza recursos suficientes para o treinamento em defesa pessoal.

Estas respostas apontam para a necessidade premente de uma avaliação e aprimoramento dos recursos destinados ao treinamento em defesa pessoal nas instalações do quartel. De acordo com Vaz e Lazarotto (2023), tal aprimoramento pode compreender investimentos em instalações apropriadas, garantia do fornecimento de equipamentos de qualidade e assecuração de que os instrutores possuam a qualificação e a expertise necessárias para a efetiva condução do treinamento.

Gráfico 7: Recursos para treinamento de defesa pessoal nos quartéis



Fonte: O Autor (2023).

As respostas obtidas proporcionam uma visão clara e contundente da realidade enfrentada pelos participantes no exercício de suas funções policiais. Dos 28 participantes, 27 afirmaram ter recorrido a técnicas de defesa pessoal em situações reais de serviço policial, o que evidencia a necessidade frequente de empregar tais habilidades. Apenas um participante relatou não ter precisado utilizá-las durante o serviço, o que sugere uma exceção à regra.

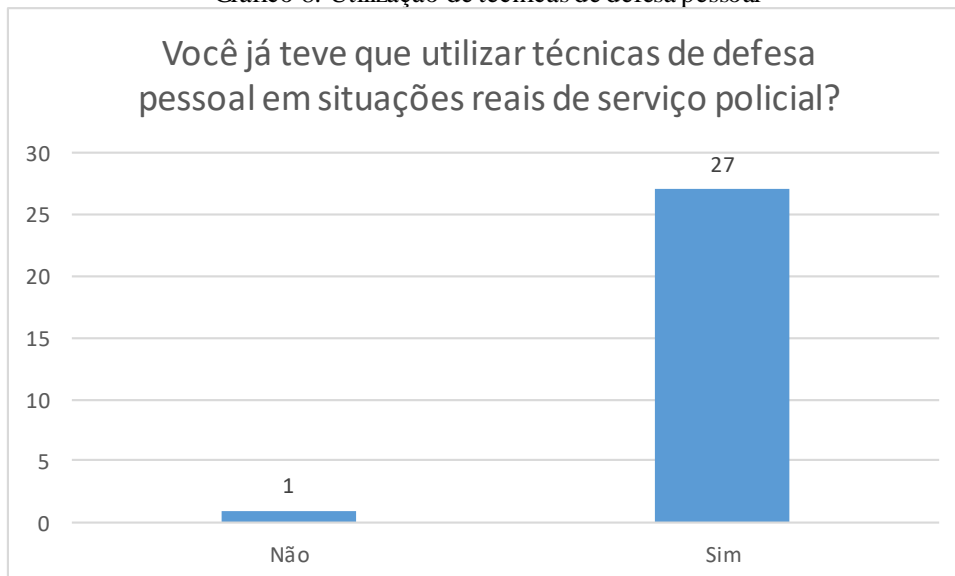
Esses resultados apontam para uma questão crítica: a percepção de que os recursos disponibilizados pelo quartel são insuficientes. Tal constatação destaca a urgência de investimentos na infraestrutura e nos recursos de treinamento disponíveis para os profissionais. Nesse contexto, as palavras de Fagundes (2017) reverberam com clareza ao ressaltar a importância da disponibilidade de recursos adequados para garantir a eficácia e segurança no treinamento.

A alta frequência de situações que demandaram a aplicação de técnicas de defesa pessoal reforça a pertinência e a aplicabilidade prática do treinamento oferecido aos profissionais da segurança pública. Essa necessidade recorrente sublinha a importância de assegurar que os agentes estejam devidamente treinados e preparados para lidar com uma ampla gama de cenários que envolvem confronto físico.

Monteiro Junior (2020) afirma que os resultados também enfatizam a natureza dinâmica e, por vezes, imprevisível da atividade policial. A habilidade de aplicar técnicas de defesa pessoal se configura, portanto, como uma competência crítica para salvaguardar a integridade tanto dos agentes quanto do público em geral. Isso destaca a responsabilidade inerente ao papel

desempenhado pelos profissionais da segurança pública, cuja preparação adequada se revela crucial para o bem-estar e segurança de todos os envolvidos.

Gráfico 8: Utilização de técnicas de defesa pessoal



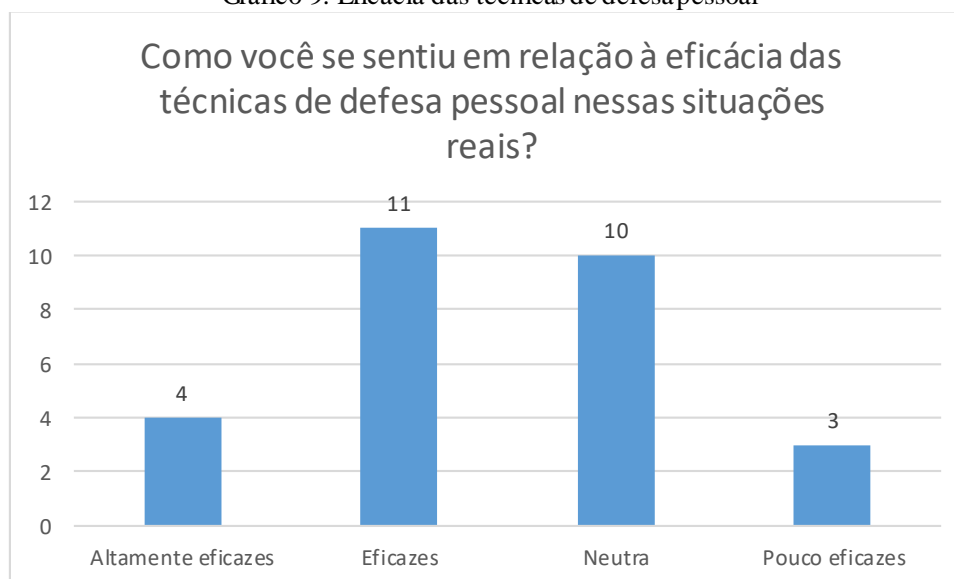
Fonte: O Autor (2023).

As respostas obtidas oferecem um panorama diversificado das percepções dos participantes quanto à eficácia das técnicas de defesa pessoal empregadas em situações reais de serviço policial. A maioria expressou confiança nas técnicas, classificando-as como "Eficazes". Esse dado reflete a confiança geral dos participantes nas técnicas ensinadas e implementadas, o que está alinhado com a importância do treinamento de defesa pessoal na formação policial.

Uma parcela significativa dos participantes foi ainda mais positiva em sua avaliação, descrevendo as técnicas como "Altamente eficazes". Tal observação indica um alto índice de sucesso na aplicação dessas técnicas em situações reais, o que ressalta a eficácia do treinamento recebido. Por outro lado, uma minoria dos participantes avaliou as técnicas como "Pouco eficazes". Isso sugere que, em algumas situações, as técnicas utilizadas podem não ter surtido o efeito desejado. É importante considerar que existem variáveis e contextos específicos que podem influenciar a eficácia das técnicas em determinadas situações.

Além desses resultados, é relevante notar que um número considerável de participantes demonstrou uma posição "Neutra" em relação à eficácia das técnicas de defesa pessoal. Isso pode indicar uma ambivalência ou a ausência de uma opinião clara sobre a eficácia das técnicas aplicadas. Essa postura pode ser reflexo de uma avaliação mais ponderada, levando em conta diferentes contextos e situações em que as técnicas são empregadas.

Gráfico 9: Eficácia das técnicas de defesa pessoal



Fonte: O Autor (2023).

É notável que a grande maioria dos participantes acredita que o treinamento em defesa pessoal desempenha um papel positivo e significativo em seu bem-estar e segurança no ambiente de trabalho. Este dado evidencia a valorização e o reconhecimento, por parte dos profissionais de segurança pública, da importância crucial do treinamento em defesa pessoal como componente fundamental para garantir a segurança pessoal e a eficácia no desempenho de suas responsabilidades profissionais.

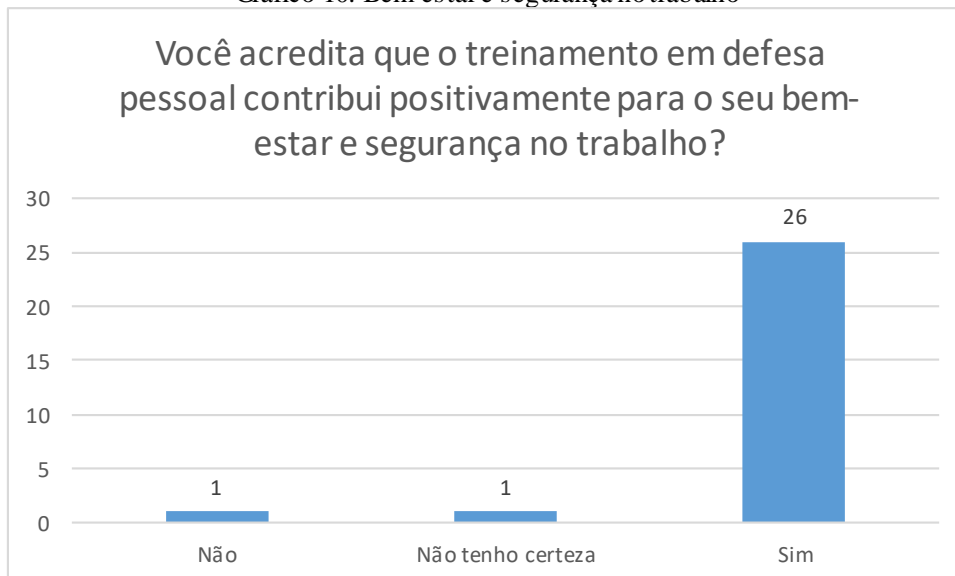
Cabe ressaltar que apenas um participante manifestou incerteza quanto ao impacto do treinamento em defesa pessoal em seu bem-estar e segurança no ambiente de trabalho. Essa resposta singular sugere a possibilidade de que haja a necessidade de fornecer esclarecimentos adicionais ou informações suplementares acerca dos benefícios derivados do treinamento em defesa pessoal.

A valorização do treinamento em defesa pessoal pelos profissionais de segurança pública, conforme evidenciado nos resultados, está alinhada com a perspectiva de diversos especialistas na área. Autores como Alden Jose (2007) destacam a importância crucial do treinamento em técnicas de defesa pessoal para a segurança e a eficácia do trabalho policial. O domínio dessas técnicas não apenas proporciona maior segurança aos agentes em situações de confronto, mas também contribui para a preservação da ordem pública e o respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos.

Além disso, Bayley (2002) enfatiza que o treinamento em técnicas de defesa pessoal é um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento de um policiamento eficaz e profissional. Ele argumenta que policiais bem treinados são capazes de lidar de forma adequada

e proporcional com situações de resistência ativa, minimizando o risco de escalada desnecessária da violência.

Gráfico 10: Bem-estar e segurança no trabalho



Fonte: O Autor (2023).

As respostas obtidas evidenciam que uma parcela dos participantes já se deparou com lesões ou incidentes relacionados ao emprego de técnicas de defesa pessoal durante o exercício das atividades policiais.

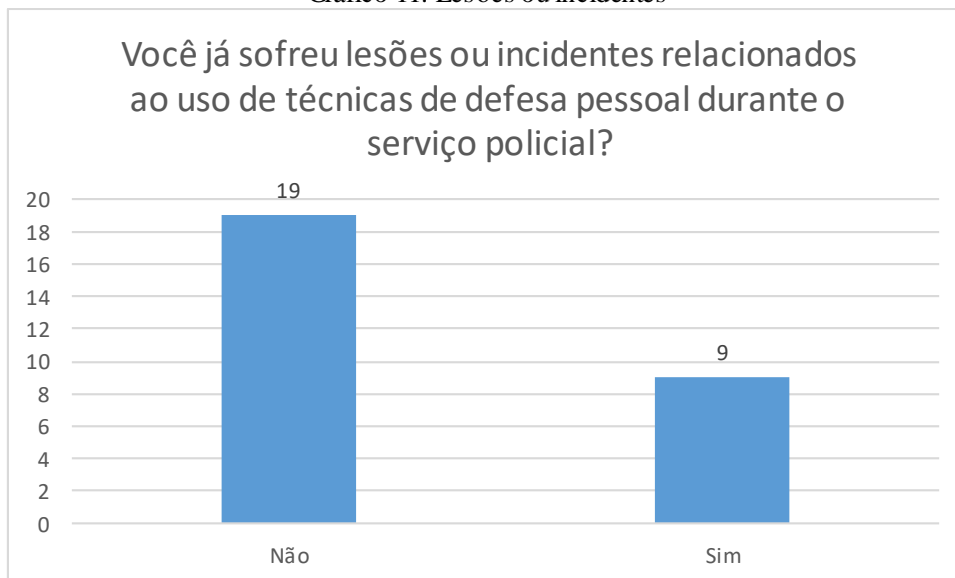
Dentre os 28 participantes, 9 relataram ter experienciado lesões ou incidentes associados à utilização dessas técnicas. Tal contingente representa aproximadamente 25% dos participantes que enfrentaram algum tipo de contratempo ou lesão ao aplicar técnicas de defesa pessoal em situações reais de serviço policial. No entanto, é importante destacar que a maioria dos participantes declarou não ter sofrido lesões ou incidentes dessa natureza durante o desempenho de suas atribuições profissionais.

A maioria dos participantes percebe o treinamento em defesa pessoal como tendo um impacto positivo em seu bem-estar e segurança. Isso ressalta a importância de investir em treinamento para garantir que os profissionais se sintam confiantes e seguros em seu trabalho. Segundo Carneiro e Santos (2019), o treinamento eficaz pode aumentar a autoeficácia e a confiança dos profissionais na execução de suas tarefas.

Estes resultados sublinham a urgência de assegurar que os profissionais recebam um treinamento adequado e se familiarizem com as melhores práticas a fim de minimizar os riscos de lesões ao aplicar técnicas de defesa pessoal. Ademais, ressaltam a natureza dinâmica e potencialmente perigosa do trabalho policial, no qual a utilização de técnicas de defesa pessoal

pode ser imperativa, porém não isenta de riscos associados.

Gráfico 11: Lesões ou incidentes



Fonte: O Autor (2023).

As sugestões e observações adicionais fornecidas pelos participantes oferecem perspectivas valiosas sobre as percepções e demandas relacionadas ao treinamento em defesa pessoal e à aplicação dessas técnicas no contexto do serviço policial.

Primeiramente, muitos participantes manifestaram a opinião de que os policiais deveriam receber um maior volume de treinamento em técnicas de defesa pessoal, especialmente no que concerne à mobilização. Esta perspectiva indica uma necessidade percebida de um treinamento mais abrangente e especializado para lidar eficazmente com situações envolvendo a mobilização de indivíduos.

A ocorrência de lesões ou incidentes relacionados ao uso de técnicas de defesa pessoal é um ponto de atenção. Isso destaca a necessidade de garantir que o treinamento seja seguro e que os profissionais estejam bem preparados para lidar com situações de alto risco. Segundo Pires (2016), a segurança durante o treinamento é fundamental para minimizar o risco de lesões.

A sugestão de tornar o treinamento recorrente obrigatório, com uma frequência de pelo menos uma vez por semana, utilizando instrutores policiais militares com competência em artes marciais e defesa pessoal, foi destacada por diversos participantes. Isso denota um desejo por um treinamento regular e específico, ministrado por profissionais qualificados nesta área.

Alguns participantes enfatizaram a relevância crítica do treinamento em defesa pessoal para o cotidiano do serviço policial. Para eles, tal treinamento representa um pilar fundamental para a segurança e eficácia dos policiais no exercício de suas atribuições. Outra sugestão

ressaltou a importância de que todos os policiais tenham acesso a aulas de defesa pessoal. Esta proposta reflete a crença de que o treinamento em defesa pessoal deve constituir uma parte integral da formação policial.

Outros participantes também sublinharam a necessidade de disponibilidade de recursos financeiros e temporais para o treinamento em defesa pessoal. Argumentaram que tanto o Estado quanto a polícia militar deve alocar recursos para aquisição de equipamentos e dedicar tempo específico para o treinamento. A sugestão de que os policiais busquem treinamento em artes marciais em seu tempo livre, sob a orientação de um instrutor qualificado, foi apresentada como uma alternativa viável para complementar o treinamento proporcionado pela polícia militar.

Por fim, um dos participantes propôs que o treinamento de defesa pessoal seja integrado como uma modalidade de educação física militar. Este ponto de vista demonstra um interesse em formalizar a inclusão do treinamento em defesa pessoal na rotina dos policiais.

Os resultados encontrados oferecem valiosos conhecimentos sobre a realidade dos profissionais da Polícia Militar em relação ao treinamento em defesa pessoal e à aplicação dessas técnicas em situações reais de serviço policial. Eles destacam a importância de investir em treinamento contínuo, recursos adequados e programas eficazes para garantir a segurança e eficácia dos profissionais envolvidos no cumprimento de suas responsabilidades. Além disso, a necessidade de considerar a diversidade de experiências e perspectivas dentro da organização para promover um ambiente de trabalho seguro e eficiente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou explorar a prática da defesa pessoal entre os policiais militares da 10ª Companhia Independente de Polícia Militar, Companhia de Policiamento Especializado, utilizando uma abordagem metodológica que incorporou tanto elementos qualitativos quanto quantitativos. Ao analisar os dados obtidos por meio de entrevistas, a pesquisa buscou compreender a eficácia das técnicas de defesa pessoal e destacar a importância do treinamento em artes marciais no contexto operacional desses profissionais.

Os participantes reconhecem a importância das técnicas de defesa pessoal, mas divergências destacam a necessidade de considerar diversas perspectivas. Há variabilidade no conhecimento e domínio dessas técnicas, sendo percebido como vantajoso por aqueles que as possuem. A diversidade de cenários operacionais revela a complexidade das demandas

enfrentadas pelos profissionais.

O treinamento contínuo em defesa pessoal é considerado fundamental, com unanimidade na sua classificação como "Extremamente importante" ou "Muito importante." Opiniões divergentes sobre a frequência ideal e qualidade do treinamento enfatizam a necessidade de abordagens flexíveis e avaliações contínuas. A falta de recursos nos quartéis preocupa os participantes, destacando a importância de investimentos em instalações, equipamentos e instrutores qualificados.

A utilização prática das técnicas de defesa pessoal pelos participantes destaca sua relevância, embora incidentes de lesões levantem preocupações sobre a segurança durante o treinamento e aplicação. As sugestões dos participantes ressaltam a necessidade de treinamento abrangente, recorrente e ministrado por instrutores qualificados, exigindo atenção especial para mobilização e alocamento de recursos financeiros e temporais.

Em conclusão, a pesquisa destaca a importância crítica do treinamento contínuo em defesa pessoal para a segurança e eficácia dos policiais militares. Recomendações derivadas do estudo podem orientar melhorias nas políticas de treinamento e investimentos em recursos, assegurando a preparação adequada dos profissionais diante dos desafios complexos de seu trabalho.

REFERÊNCIAS

ALDEN JOSE. **Defesa pessoal. uma questão de sobrevivência policial.** 2007. Disponível em: <http://abordagempolicial.com/2007/12/637> Acesso em: 20 set 2023

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento:** uma análise comparativa internacional. São Paulo: Edusp; 2002.

BITTNER, Egon. **Florence Nightingale procurando Willie Sutton:** uma teoria da polícia. In: Aspectos do trabalho policial. 1.ed. São Paulo, SP: Edusp, 2003.

CARNEIRO, Leonardo de Andrade; SANTOS, Leandro Caitano. Jiu-Jítsu: Bem-estar emocional e físico dos militares praticantes um estudo no 1º Batalhão de Polícia Militar do Tocantins. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 2, p. 235-243, 2019.

FAGUNDES, Diego Vinícios de Araújo. **Uso legal e progressivo da força na atividade policial.** Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 22, n. 4950, 19 jan. 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/55134> Acesso em: 20 set 2023

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOIÁS. Polícia Militar. **Manual de Defesa Pessoal Policial.** 1.ed. Goiânia: PMGO, 2023

MONTEIRO JUNIOR, Gerson de Jesus. **O uso da força policial em relação aos direitos humanos.**In: Direito Penal e Criminologia: Perspectivas e Desafios. SANTORO, Antônio Eduardo Ramires et. al (ORG.). Rio de Janeiro: Pembroke Collins, 2020, p. 498-505.

PIRES, Lucas Alexandre. **Com as próprias mãos:** etnografia das artes marciais e da defesa pessoal no treinamento policial militar. Repositório Institucional UFSCar, ano 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10117>. Acesso dia 25 out 2023

RODOVALHO, Adair Lopes. **Defesa pessoal na segurança pública.** 2019. Disponível em: <http://dspace.pm.go.gov.br:8080/pmgo//handle/123456789/2220> Acesso em: 20 set 2023

SILVA, José. **A importância da Defesa Pessoal na formação da Academia Militar-Exército e GNR.** Tese de Doutorado. Academia Militar. Direção de Ensino. 2013.

SUN TZU. **A Arte da Guerra.** Tradução de Sebastião Gonçalves. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

TERRONI, Marco Aurélio. **Defesa pessoal como método não letal para a segurança pública.** Repressão qualificada da criminalidade. 2009. Disponível em <https://www.webartigos.com/storage/app/uploads/public/5a6/1d8/467/5a61d8467002f177200223.pdf> Acesso em: 20 set 2023

VAZ, J. E. C.; LAZAROTTO, A. C. A importância do treinamento contínuo em defesa pessoal para a atividade policial militar. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 9, n. 7, p. 21304–21319, 2023. DOI: 10.34117/bjdv9n7-007. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/61184>. Acesso em: 6 out. 2023.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

1. Qual é a sua graduação/posto na hierarquia?

2. Sexo

Masculino

Feminino

3. Há quanto tempo você está na polícia militar?

1 a 5 anos

6 a 10 anos

11 a 20 anos

21 a 30 anos

4. Você reconhece o uso de técnicas de defesa pessoal como um nível de resposta de força policial em serviços policiais com resistência ativa ou comportamento não cooperativo?

Sim

Não

não sei responder

5. Você tem conhecimento ou domínio de técnicas de defesa pessoal ou alguma arte marcial?

Sim

Não

Não sei responder

6. Com que frequência você se depara com situações em que precisa empregar força física que requer habilidades de defesa pessoal para conter um agressor?

Diariamente

Semanalmente

Mensalmente

Raramente

Nunca

7. Com que frequência você precisa realizar um algemamento emergencial de um agressor?

Diariamente

Semanalmente

Mensalmente

Raramente

Nunca

8. Em quais tipos de ocorrência ou naturezas geralmente você precisa usar técnicas de defesa pessoal ou se envolver em luta corporal com um suspeito ou agressor?

(Marque no máximo 3)

Abordagem policiais

Intervenção em ocorrência de vias de fato, perturbação do sossego, desacato

Controle de manifestações ou distúrbios civis

Atendimento a chamados de violência doméstica

Prisões em flagrante delito

Lavratura de TCO-PM

Outras.

9. Você considera relevante haver um treinamento constante em defesa pessoal ofertado pela PMGO?

Sim

Não

Não sei responder

10. Em uma escala de 1 a 5, onde 1 indica "não importante" e 5 indica "extremamente importante", o quanto você considera o treinamento de técnicas de defesa pessoal importante?

1- Menos importante

2- Pouco importante

3- Importante

4- Muito importante

5- Extremamente importante

11. Com que frequência você acredita que deveria ser treinado em técnicas de defesa pessoal?

Não tinha conhecimento de defesa pessoal ou artes marciais

Diariamente

Semanalmente

Mensalmente

Anualmente

Outra frequência.

12. Como você avalia a qualidade do treinamento em defesa pessoal que você recebeu como parte de sua formação ou aperfeiçoamento policial no último curso presencial?

Péssimo

Insatisfatório

Satisfatório

Bom

Excelente

13. Você acredita que o quartel fornece recursos adequados para o treinamento em defesa pessoal, como instalações, equipamentos e instrutores qualificados?

Sim

Não

Não tenho certeza.

14. Você já teve que utilizar técnicas de defesa pessoal em situações reais de serviço policial?

Sim

Não

Não sei responder

15. Como você se sentiu em relação à eficácia das técnicas de defesa pessoal nessas situações reais?

Altamente eficazes

Eficazes

Neutra

Pouco eficazes

Ineficazes

16. Você acredita que o treinamento em defesa pessoal contribui positivamente para o seu bem-estar e segurança no trabalho?

Sim

Não

Não tenho certeza

17. Você já sofreu lesões ou incidentes relacionados ao uso de técnicas de defesa pessoal durante o serviço policial?

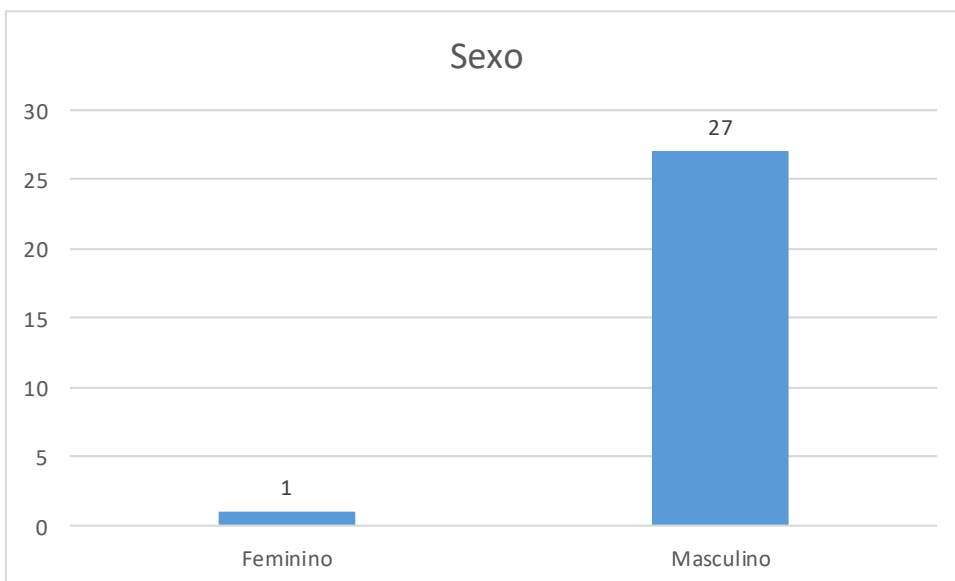
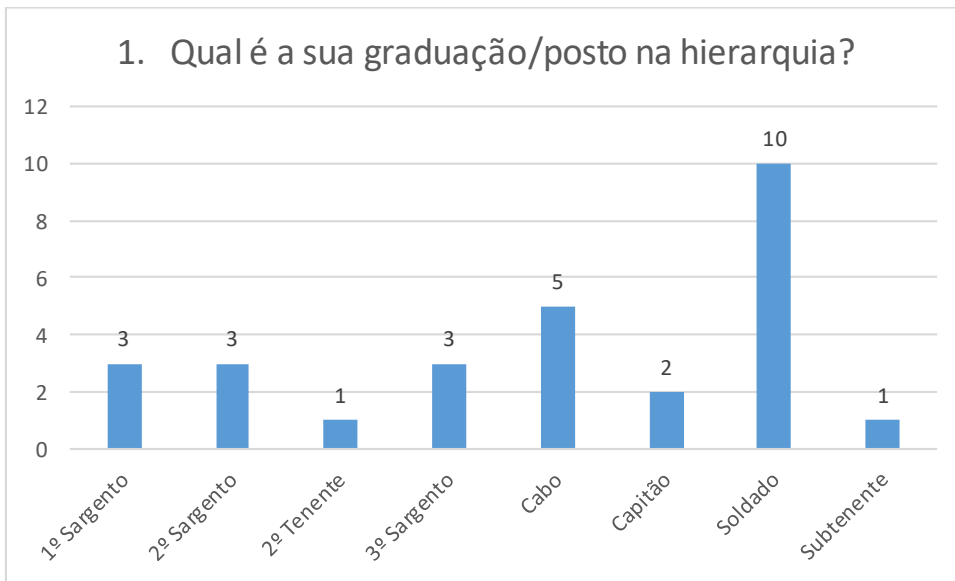
Sim

Não

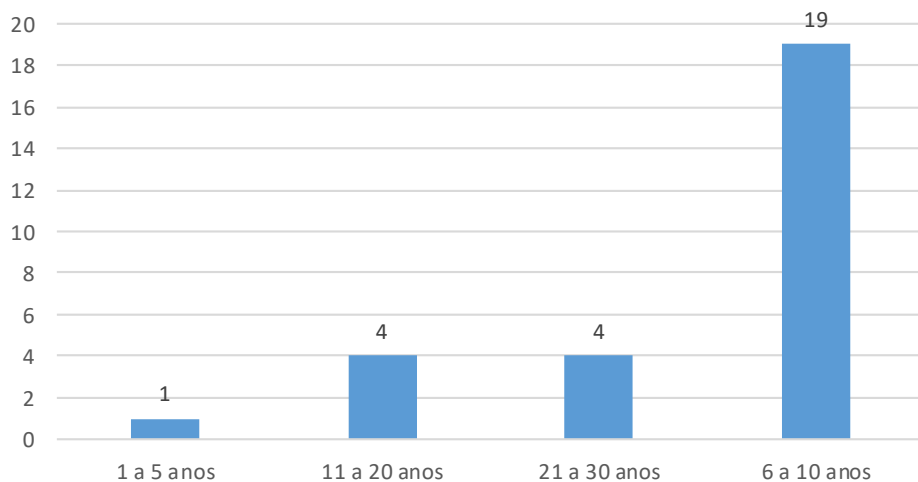
Não sei responder

Você gostaria de fornecer sugestões ou comentários adicionais sobre o treinamento em defesa pessoal ou o uso dessas técnicas no serviço policial? (Esta resposta não é obrigatória)

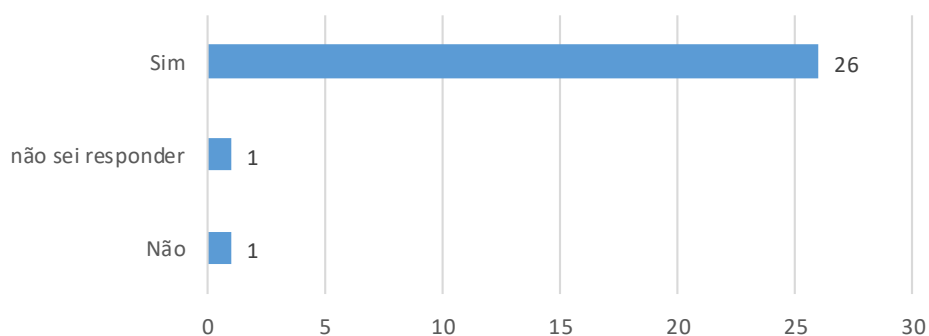
APÊNDICE B – GRÁFICOS DAS RESPOSTAS



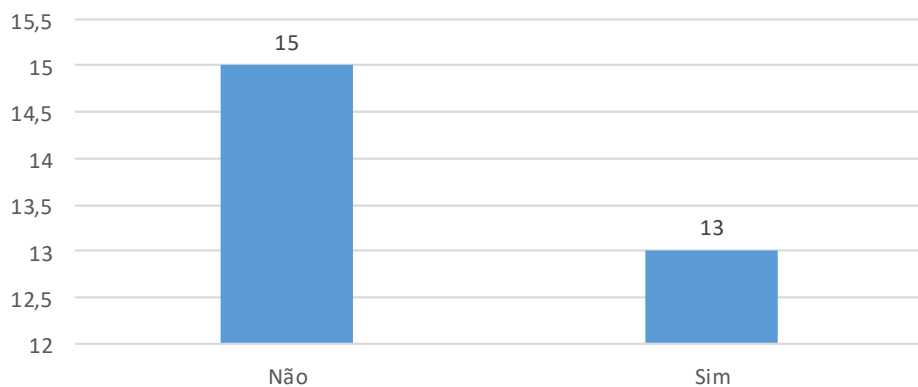
3. Há quanto tempo você está na polícia militar?



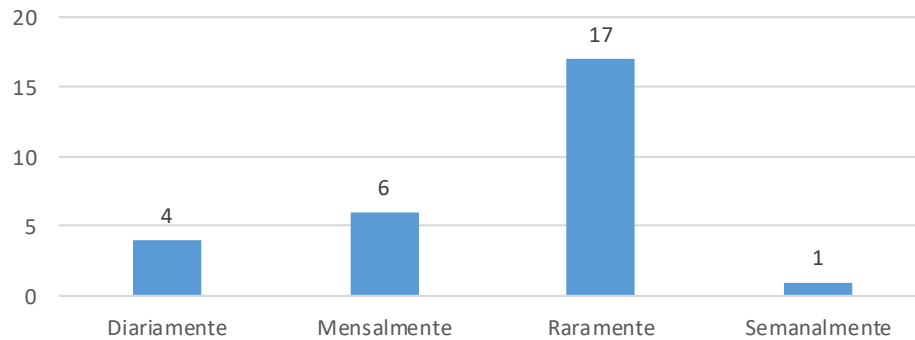
4. Você reconhece o uso de técnicas de defesa pessoal como um nível de resposta de força policial em serviços policiais com resistência ativa ou comportamento não cooperativo?



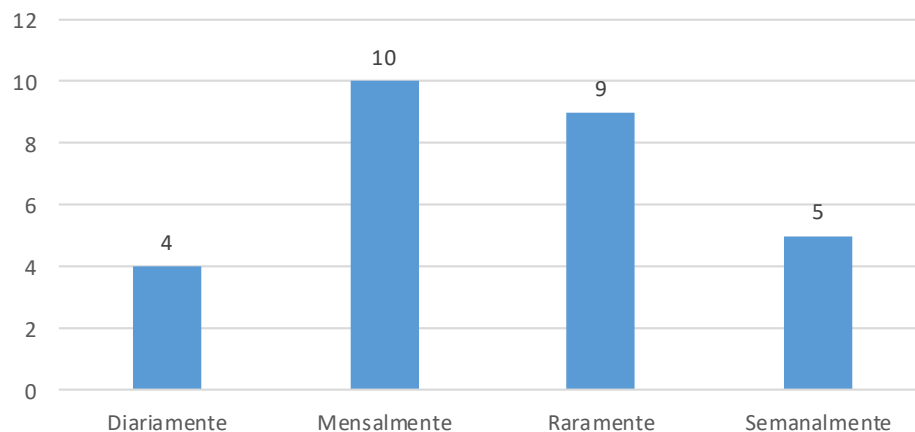
5. Você tem conhecimento ou domínio de técnicas de defesa pessoal ou alguma arte marcial?



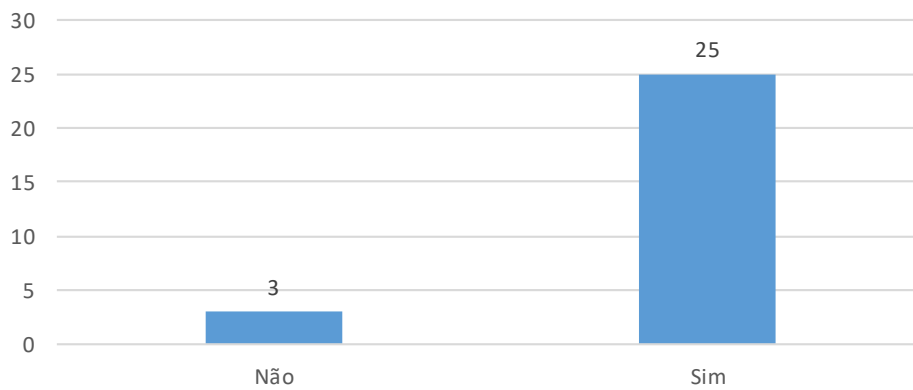
6. Com que frequência você se depara com situações em que precisa empregar força física que requer habilidades de defesa pessoal para conter um agressor?



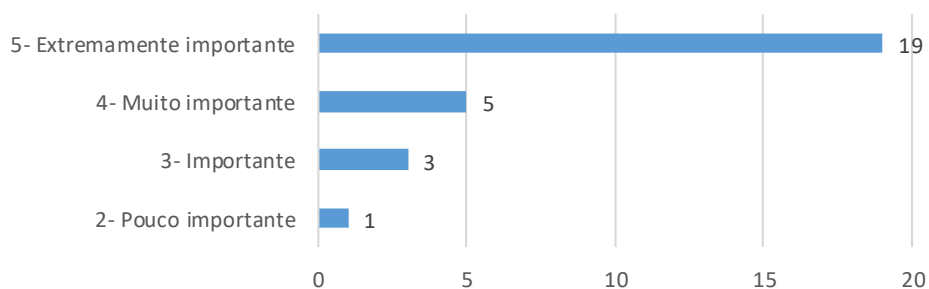
7. Com que frequência você precisa realizar um algemamento emergencial de um agressor?



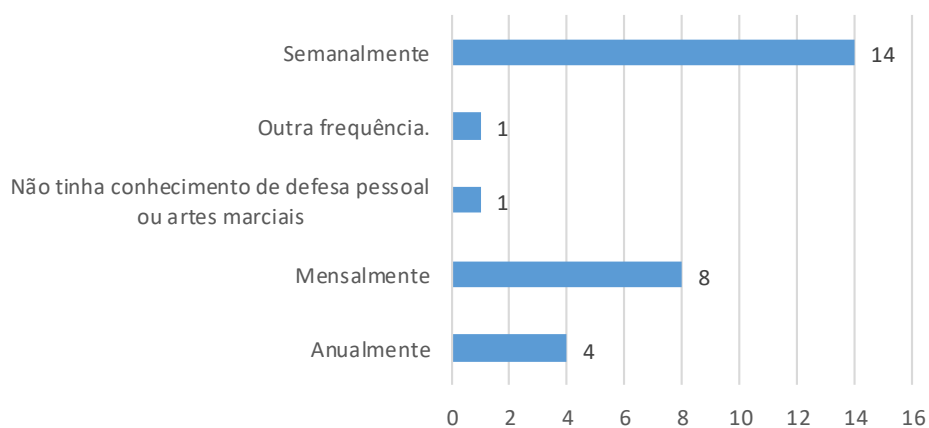
9. Você considera relevante haver um treinamento constante em defesa pessoal ofertado pela PMGO?



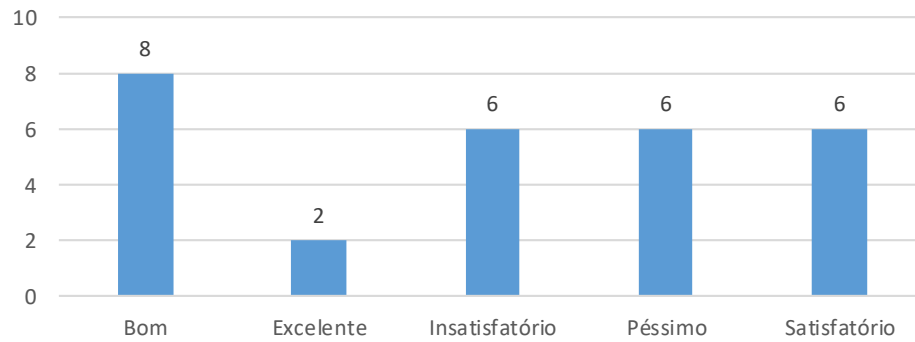
10. Em uma escala de 1 a 5, onde 1 indica "não importante" e 5 indica "extremamente importante", o quanto você considera o treinamento de técnicas de defesa pessoal importante?



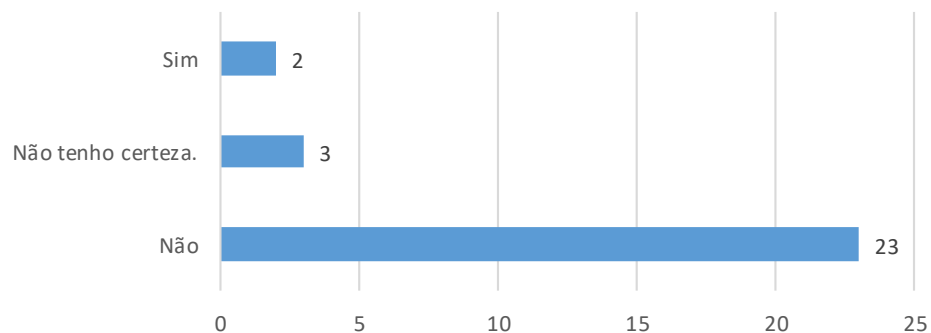
11. Com que frequência você acredita que deveria ser treinado em técnicas de defesa pessoal?



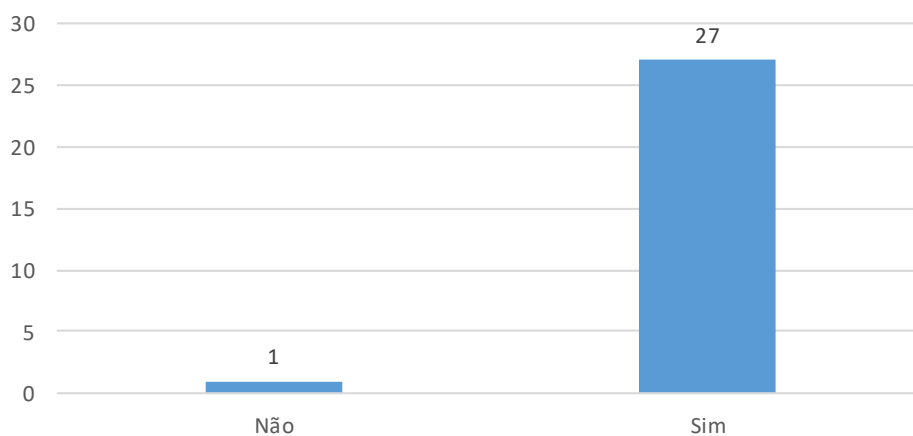
12. Como você avalia a qualidade do treinamento em defesa pessoal que você recebeu como parte de sua formação ou aperfeiçoamento policial no último curso presencial?



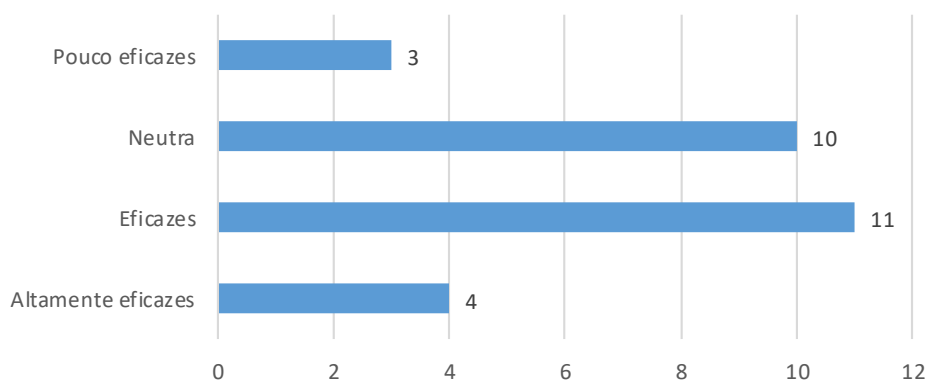
13. Você acredita que o quartel fornece recursos adequados para o treinamento em defesa pessoal, como instalações, equipamentos e instrutores qualificados?



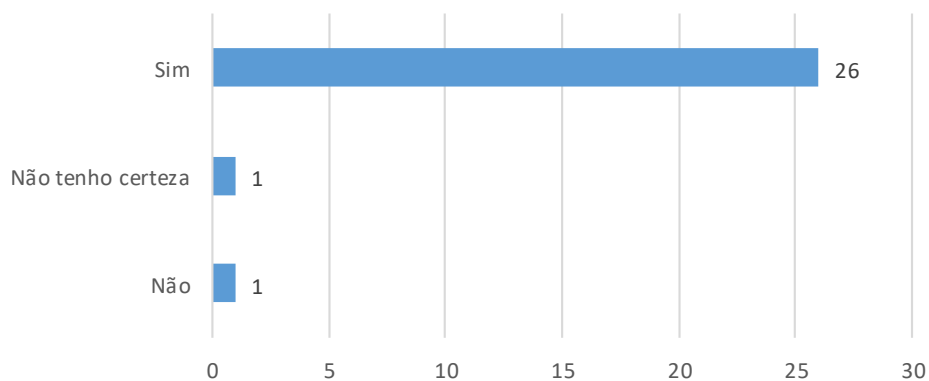
14. Você já teve que utilizar técnicas de defesa pessoal em situações reais de serviço policial?



15. Como você se sentiu em relação à eficácia das técnicas de defesa pessoal nessas situações reais?



16. Você acredita que o treinamento em defesa pessoal contribui positivamente para o seu bem-estar e segurança no trabalho?



17. Você já sofreu lesões ou incidentes relacionados ao uso de técnicas de defesa pessoal durante o serviço policial?

